

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE JUNHO DE 1996

*Senhor Ministro de Estado Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General-de-Exército Benedito Leonel; Senhor Chefe da Casa Militar, General-de-Brigada Alberto Cardoso; Senhor Comandante da Escola Superior de Guerra, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Masao Kawanami; Senhores Estagiários da Escola Superior de Guerra; Senhores Membros do corpo permanente daquela Instituição; Senhoras e Senhores;*

Mais uma vez – pela segunda vez, na verdade – tenho a satisfação de receber o corpo permanente e os estagiários da ESG, que estão aqui em viagem de estudos.

Reconheço que é um processo fundamental, para o correto assessoramento do processo decisório, no nível em que os senhores trabalham, esse contacto direto, pessoal, com a realidade brasileira. Acredito que isso seja fundamental para que possamos, realmente, formar uma idéia mais objetiva sobre o País e sobre os problemas que o País enfrenta.

Aliás, eu procedo, sempre que posso, da mesma maneira. Na medida em que as minhas responsabilidades, neste momento de trans-

formações tão grandes no mundo, me obrigam, viajo não só ao interior como ao exterior. Precisamos, hoje, estar muito atualizados e muito bem informados e com capacidade de tomar decisões à altura dos desafios que teremos de enfrentar.

Eu queria aproveitar esta ocasião em que nos encontramos aqui, embora a situação seja mais formal do que informal e estejamos todos em pé – e costume me alongar, às vezes, além do limite, porque gosto de dar explicações de como estou vendo as coisas –, para, mais uma vez, discutir com os senhores ou apresentar-lhes certas visões, digamos, de ordem mais ampla, mais estratégica do Governo e dizer os motivos pelos quais nós atuamos de certas maneiras, como temos atuado.

Comecemos pelo mais geral, que são os processos econômicos. Acho que, hoje, é visível para o País, como já é para o exterior também, que a estabilização da moeda é condição necessária para que possamos nos sentar à mesa daqueles que vão definir os rumos do próximo século. Sem estabilização da moeda, dificilmente um país é tomado em consideração, em termos estratégicos, em termos das decisões de investimento, das decisões de desenvolvimento tecnológico e, por consequência, das suas possibilidades de atuação no nível político. Também do ponto de vista interno, sem que haja estabilização da moeda, a administração se transforma numa permanente dor de cabeça, e sem aspirina, sem se ter como solucioná-la.

Nós fomos todos, durante algumas décadas, arrastados pela inflação, sem termos condições de divisar um horizonte mais amplo; e, o que é mais dramático, a imensa maioria da população sofreu os efeitos negativos desse processo através do empobrecimento e da concentração de renda. Não podemos nos esquecer nunca de que o instrumento fundamental de concentração de renda no Brasil, além da concentração da propriedade, sobretudo, no passado, da propriedade da terra, foi o fato de que, através da inflação, a massa dos assalariados – e nós todos ou a maioria dos aqui presentes também nos incluímos entre os assalariados – perdia dia a dia, porque não tinha capacidade de salvaguardar o poder de compra do salário.

Ora, os efeitos sociais indiretos, mas provocados diretamente pela estabilização da moeda, são visíveis hoje. Poucas notícias me agradaram tanto quanto algumas recentes, relativas ao fato de que, graças à estabilização da moeda, a partir de julho de 94, foi possível – e são pesquisas feitas por órgãos independentes, como é o Ipea – fazer com que 5 milhões de pessoas, em algumas grandes capitais, seis grandes capitais, atravessassem a linha de pobreza.

Quer dizer, o efeito da estabilização da moeda é imediato. E, quando se fazem comparações sobre o salário mínimo, por exemplo, se toma, freqüentemente, o dia em que foi dado o aumento do salário e não se toma o que acontece no decorrer do mês em que foi dado esse aumento. Quando se faz uma análise de boa-fé e se verifica qual é a capacidade de compra, vai-se verificar que, mesmo quando, em certos momentos, foi possível colocar o salário num patamar mais elevado, esse patamar mais elevado não durava uma semana, porque o salário começava a ser corroído pela inflação. E, quando se fazia a análise, no dia-a-dia, da média efetivamente recebida, em termos de valor de compra, indiscutivelmente os salários eram corroídos de maneira catastrófica.

Essa contraprova dos efeitos sociais da inflação, dada por esse estudo sobre a linha da pobreza, me parece que é algo bastante significativo. Também os senhores sabem e têm visto que todos os dados relativos ao consumo de massa são favoráveis, ou seja, há um aumento extraordinário do consumo de massa. Os próprios jornais estão repetindo que nós estamos no limiar da incorporação de milhões de pessoas ao mercado, graças, basicamente, a um primeiro momento da estabilização, pois não foi possível, ainda, um crescimento da economia suficiente para garantir, além disso, uma distribuição, uma participação na renda mais consistente por parte dessa população. Mas a condição, que era a estabilização, foi alcançada.

E vai continuar assim. As perspectivas disponíveis a respeito do processo inflacionário são tranquilizadoras. Não sou daqueles que imaginam que uma economia deva ser medida só pela dimensão “controle da inflação”, mas tenho certeza de que, sem essa dimensão,

as outras vantagens, as que eventualmente poderíamos proporcionar através de uma boa gestão da economia, não existiriam. De modo que a perspectiva de estabilidade do processo de controle da inflação é muito importante.

Gosto de ver os números depois que se realizam. Não acredito muito nas pitonisas em economia. Mas, se fôssemos olhar as previsões, estas são de que realmente, neste ano, a inflação vai estar entre 12% e 15%; mais próxima de 12% do que de 15%, no decorrer do ano.

Ora, isso é uma perspectiva positiva. Não existe nenhum indicador que, dentro das condições do que é possível prever na economia, perturbe o nosso horizonte de estabilização quanto à inflação. Isso leva também a uma expectativa do crescimento do PIB, do Produto Interno Bruto. Matéria delicada. Reitero aqui o que disse sobre a inflação. Normalmente, os que fazem as expectativas sobre o crescimento do PIB fazem apostas, e essas apostas são mais ou menos condizentes, por um lado, com a base factual de que dispõem e, por outro, com as suas preferências, seus desejos, etc., etc.

Recordo-me de quando era Ministro do Exterior, em 93: eu insistia em que a economia estava crescendo, porque eu tinha que ter uma posição definida diante dos outros países para dizer: “Olha, está crescendo.” Aqui o pessimismo é geral. Quando chegou o fim do ano, verificou-se que a economia tinha voltado a crescer, mas não houve nenhuma previsão anterior que levasse a mostrar que ela iria crescer.

O nosso problema hoje não é saber se está crescendo ou não, porque está; é de saber se esse crescimento vai ser sustentável no decorrer do tempo. Todo o panorama do crescimento do Brasil, o PIB brasileiro no passado, foi de ziguezague, *ups and downs*, como se diz no jargão da economia, que é sempre em inglês: cresce e depois cai. E isso é o que impede que haja uma previsão, que faz com que seja um crescimento falso, porque o momento da depressão liquida os avanços havidos num momento da expansão.

Ora, todo o esforço do Governo tem sido de manter a economia crescendo, neste momento ao redor de 4%; lá pelo fim do ano, nós

devemos estar crescendo numa velocidade de 6%. Nós freamos o crescimento no ano passado, propositadamente. Por quê? Porque ele tinha subido no ritmo de cerca de, anualizados, 10% nos primeiros três meses do ano, o que poria em risco o controle do processo inflacionário e daria, necessariamente, uma nova crise mais adiante. Em vez de deixar que as forças de mercado levassem para esses *ups and downs*, o Governo tomou a decisão difícil de controlar o crescimento para manter uma estabilidade de mais longo prazo.

O processo mais dramático desse ajuste já ocorreu. No segundo semestre deste ano, esperamos que haja uma velocidade maior do crescimento do PIB. Se mantivemos, como temos mantido, os fatores sob controle – do ano que vem em diante, já poderemos pensar em taxas de crescimento mais alentadas, sem que haja o mesmo risco que havia o ano passado, de um crescimento muito forte, sem que houvesse condições, nem no que diz respeito às importações, nem no que diz respeito à oferta de produtos –, foi para evitar que disso derivasse de novo a inflação e em seguida, como vimos em outros planos no passado, um fracasso.

Há, portanto, uma expectativa não só de estabilidade do plano econômico, mas também de crescimento da economia, de acordo com um critério que é um objetivo com o qual não se propõe fazer milagres – que não existem, nessa matéria. Para isso, nós precisamos estar sempre com a economia ajustada, sob controle.

Estamos mudando de patamar de crescimento da nossa economia. Tenho dito isto e vou repetir uma vez mais: não se trata simplesmente de produzir mais, é produzir de outra maneira. Isso por causa do desafio da globalização, que não é um processo desejado, já ocorreu; e nós temos que definir nossas expectativas e nossas possibilidades de inserção nesse novo mundo – um mundo de alta competência tecnológica, de alta competitividade, de fluxo de capitais extremamente difíceis de serem controlados e que apresentam certos riscos e problemas que requerem velocidade na capacitação da mão-de-obra, sob pena de não haver a empregabilidade da população. Esse é o panorama dos desafios.

Diante deles, não adianta mais fazer a mesma coisa. Exemplo simples: não adianta produzir mais automóveis; tem-se que produzir outros automóveis com outra tecnologia, uma produção para ser vendida em nível global.

No futuro, não sei quantos países, talvez seis, vão ser capazes disso. O Brasil está se preparando para isso. Cinquenta países vão produzir automóveis; mas lançar modelo novo, com *engineering* específico, com *marketing*, com tudo que se fala em inglês é mais difícil. E nós estamos nos preparando para isso; é mudança de patamar. É o que está ocorrendo em vários setores da indústria: mudança do patamar de desenvolvimento tecnológico, de capacitação, para que possamos efetivamente seguir adiante como um país, que, enfim, tem que participar, no próximo século, como um dos que têm peso nas decisões mundiais.

Pois bem, para isso, temos que ter controles. Houve dificuldades no processo de ajustamento; primeiro, orçamentárias. Nós sofremos isso sempre. Por quê? Porque, na verdade, graças à rigidez da nossa Constituição de 88 – sou co-autor dela, mas me penitencio e, no possível, procuro modificá-la –, nós amarramos a União, do ponto de vista orçamentário.

O nosso orçamento deste ano deve ser da ordem de 150, 160 bilhões de reais. Vejo frequentemente contabilizada no orçamento a rolagem da dívida. É realmente quase patético. Quantas vezes dizem que são 300 bilhões. Ora, se o PIB é de 500, como é que pode ser um orçamento de 300? É completamente despropositado. Na verdade, é por volta de 150 bilhões. Mas, desses 150 bilhões, aquilo de que efetivamente nós dispomos – e podemos, sobre esta porção, exercer alguma política – são 10%. O gasto corrente de investimento e custeio da União – o General Leonel sabe – é de 10% disso, não chega a 15 bilhões, são 14 bilhões. Por quê? Porque o resto são despesas automáticas: pessoal, Previdência, transferências constitucionais e juros.

Sobre os juros nós podemos atuar, e atuamos. A taxa básica de juros, o ano passado, por um motivo que já vou mencionar também, chegou a 4,5% ao mês. Neste ano, neste momento, não vi o último

número, estava em 2,06%, entre 1,95% e 2,06%, ou seja, foi reduzida pela metade, e isso vai significar, naturalmente, algum recurso na conta de juros.

Mas as outras contas são rígidas, não têm flexibilidade. O Governo não pode cortar: não pode diminuir salário, não pode dispensar pessoal, não pode deixar de pagar aposentado, não pode diminuir a aposentadoria, não pode deixar de transferir para os Estados e para os Municípios a sua participação constitucional. Não pode nem deve. Então, o que sobra para o Governo operar são mais ou menos 1 bilhão e 200 milhões por mês. Desses 1 bilhão e 200 milhões por mês, 60% são gastos com a saúde, no modelo, que todo mundo aprovou, do SUS–Sistema Unificado de Saúde, que dá gratuidade, universalidade, obrigatoriedade de o Governo atender, mas que tem se mostrado insuficiente, em termos de recursos, apesar de ser muito grande o esforço. O resto, então, nem se fala.

Nós todos vivemos apertados, cortando despesas que são necessárias. Por essa razão insisto tanto na reforma da Previdência, na reforma da Administração, na reforma tributária. Peço ao Congresso que acelere esses processos, porque o Governo não tem espaço para atender de outra maneira às suas responsabilidades a não ser fazendo esses ajustamentos, esses cortes orçamentários. Ainda assim, conseguimos neste ano algo que os senhores, os mais afetos à administração financeira, sabem que é importante: é um horizonte de normalização na execução orçamentária. Traduzindo em palavras mais diretas: o Brasil, com a inflação, passou a ser governado pela boca do caixa, do cofre, do Tesouro.

Não por acaso um dos personagens mais importantes da República é o Diretor do Tesouro, o mais conhecido dos ministros, alguns dos quais, de vez em quando, têm gana de esganá-lo. Não é culpa dele: é que a única maneira de controlar esses magros recursos era, na inflação, postergando o pagamento, que a inflação comia, das dívidas. Agora não tem mais isso, ficou mais rígido, e, em contrapartida, podemos também ter um horizonte maior de definição do desembolso. Neste ano, estamos fazendo – é uma experiência nova –

uma previsão trimestral. No ano que vem, quero que ela seja anual, ou seja, o administrador vai poder saber com quanto ele conta. E o caixa, o Tesouro, não vai ter mais ingerência ou dizer: dou para esse, não dou para aquele. Automaticamente, ele terá de liberar os recursos, e o administrador sabe que vai contar com vinte, e não com cinqüenta; mas é melhor contar com vinte sabendo que vêm mesmo e em que data vêm, do que pensar que vai ter cinqüenta e não vai ter nunca, porque não existem os cinqüenta: estão no orçamento, mas não estão nos impostos, não estão no caixa.

Então, estamos melhorando – houve, inclusive, desempenho melhor da receita –, estamos forçando isso, mas precisamos da reforma fiscal, para que tenhamos efetivamente, aí, sim, um pouco mais de margem de manobra para o atendimento das pessoas.

Talvez mais ameaçador tenha sido o que ocorreu o ano passado no sistema financeiro. Se me permitem dizê-lo, convém que se saiba das razões das medidas e por que as coisas acontecem, pelo menos do ângulo que o Governo percebe.

Nós tivemos que enfrentar, no ano passado, dificuldades extremamente graves no setor financeiro. Primeiro, a crise do México, que impediu qualquer ação mais enérgica na mobilidade da taxa de câmbio e, conseqüentemente, da taxa de juros. Depois, em março, após um ajuste da questão da banda cambial, uma tentativa de especulação em cima do Real nos fez perder 10 bilhões de dólares de reservas, 10 bilhões em um mês. Boatos, maledicências, CPIs, tudo isso resultou numa perda de 10 bilhões das reservas. O Governo não teve alternativa a não ser aumentar a taxa de juros, não só para frear o crescimento, que, eu disse aqui, era grande no começo do ano passado, como para reequilibrar a questão das reservas e mostrar que tínhamos controle sobre a situação. Pagou-se um preço.

Não contávamos com a pouca capacidade do sistema financeiro brasileiro de se adaptar às novas circunstâncias. Desde quando exerci o Ministério da Fazenda, inúmeras vezes, não só eu, todos os responsáveis pela área econômica alertávamos o sistema financeiro, os banqueiros públicos e privados, sobretudo os públicos, de que, com a

freada na inflação, o lucro inflacionário iria desaparecer. Os bancos estavam vivendo da gordura; e, quando desaparecesse o lucro inflacionário, eles teriam problemas de ajustamento. Os que perceberam isso a tempo e se ajustaram conseguiram passar os obstáculos da estabilização. Os que não fizeram isso, tiveram e têm – alguns deles já estão mostrando isso – sérios problemas.

Por sorte nossa, esses problemas foram sendo resolvidos em fatias, um por um. Hoje não temos esse risco maior na frente. Mas pensem os senhores: Banespa, Banerj, Banco Econômico, Banco Nacional, dificuldades que nós resolvemos de capitalização no Banco do Brasil, só para mencionar os principais, tudo isso como consequência de desmandos do passado, de empréstimos mal feitos, de fraudes existentes e não reconhecidas, não detectadas no tempo oportuno; e de incapacidade de ajuste para sobreviver sem o bem inflacionário. Traduzindo em números, a participação do setor financeiro no produto brasileiro era de cerca de 14%, 15%; agora é de 8%, caiu pela metade. Foi uma compressão enorme, que produziu uma série de desajustes.

O que fazer? É muito simples: dizer “Fecha, deixa quebrar”. Os países que deixaram quebrar, como a Venezuela, perderam 15% do PIB – com a experiência de deixar quebrar. Quinze por cento do PIB brasileiro é coisa da ordem de 60 bilhões; mais: 70 ou 80 bilhões de dólares.

A Argentina teve um problema semelhante, perdas imensas. O Chile, em 82, perdeu por aí também do Produto Interno Bruto. O que é que o Governo brasileiro fez? O Proer. O que é, o que significa o Proer? Significa o seguinte: existe uma massa de recursos no sistema bancário – são os depósitos que todos os bancos recebem; normalmente, o Banco Central recolhe uma parte desses depósitos, o chamado compulsório, para poder controlar a massa de dinheiro que existe na economia e poder controlar a inflação, a taxa de juros, etc. Bom, o BC recolhe compulsoriamente uma parte desse dinheiro. O Banco Central tem, portanto, uma massa imensa de dinheiro que não é dele, não é do Governo, é dos depositantes, é das empresas, das

peças físicas. Fica à disposição do Banco Central, que paga uma taxa de juros pequena por esses depósitos compulsórios.

O que faz o Proer? O Proer faz o seguinte: se um banco está com uma dificuldade patrimonial muito grande, ele obriga o banqueiro proprietário do banco a passá-lo adiante, torna indisponíveis os bens pessoais do banqueiro e de todos os acionistas do banco, controladores – não só, como era no passado, dos gerentes, dos administradores; eu mudei essa regra: agora são todos os acionistas –; e passa, portanto, o controle do banco para um outro banco que tenha melhores condições. Esse outro banco toma emprestado do compulsório recursos para poder fazer frente às dificuldades que vai ter com os créditos que não vão ser recebidos e paga uma taxa de juros, maior do que a taxa de juros que o Banco Central paga pelo compulsório. Ou seja, o Banco Central ganha um diferencial.

Eu cansei de ouvir dizer que estamos usando para dar aos bancos o dinheiro que devíamos dar para a Educação, para a Saúde. Não é verdade. Esse dinheiro não é do Tesouro, é do sistema bancário; e não é dado, é emprestado com uma taxa de juros, que é baixa, mas é mais alta do que aquela que o Banco Central paga por ele. Ponto dois: além disso, se não se fizer assim, o depositante é quem vai perder, não é o banqueiro. O banqueiro já perdeu. O banqueiro, nesse mecanismo, tem que passar o banco, e os seus bens ficam indisponíveis. Se não se fizer isso, quem paga é quem depositou lá. Só um dos bancos que foram submetidos ao Proer tem 1 milhão e 800 mil depositantes. Esses é que pagariam o preço do desajuste, além do Governo, porque, aí, vai em cadeia, um com o outro: o banco tem dinheiro de uma empresa, ele quebrou, não paga, a empresa quebra. Por isso que se perdem 10%, 15% do PIB.

Esse é o Proer. É um mecanismo para resolver impasses, que só ao Tesouro poderá custar alguma coisa. Não custou nada. Pode custar? Pode, lá no fim, se efetivamente – não vou entrar em muitos detalhes – o Banco Central não conseguir recuperar o dinheiro que emprestou. Pode ser que sim, mas pode ser o contrário, também; pode ser que recupere e até ganhe. Não há nada a ser escondido nem a ser

temido a respeito do Proer. Apenas é mais fácil dizer que o Governo deu dinheiro para banco, quando não deu: deu para salvar o dinheiro dos depositantes; “em vez de dar para a educação” porque esse dinheiro jamais poderia ir para a educação, ele não é do Tesouro, não pertence ao Governo, pertence ao sistema bancário.

Bem, nós enfrentamos isso tudo. Enfrentamos. Hoje, a situação está sob controle. Capitalizamos o Banco do Brasil, fomos discutindo, banco por banco, a situação. Hoje, não temos pensando sobre nós a nuvem negra da crise financeira, que poria em risco todo o mecanismo que foi levado adiante, desde o Plano Real.

É claro, temos uma série de outros problemas, porque precisamos adaptar o Estado aos tempos modernos. Temos que, para isso, desenvolver um trabalho muito grande de fazer compreender que, na área social, por exemplo, a reforma do Estado significa acabar com o clientelismo e com o corporativismo. Quanta discussão tivemos por causa do Comunidade Solidária e por causa da nova maneira de o Ministério da Educação, por exemplo, distribuir seus recursos; ou mesmo por causa da Secretaria de Assistência Social, porque nós quebramos aquele elo da corrupção e do clientelismo, em que precisam do deputado, do vereador, de sei lá de quem, para obter o recurso.

Não é mais assim. Existem comissões, nas várias cidades, para fazer plano de habitação. Tem que ter uma comissão. A comissão tem que ter representante da sociedade civil, tem que ter representante da oposição, do sindicato ou o que seja. E a distribuição se faz através de critérios técnicos, para que não haja mais a ingerência, indébita, da pressão política. Há a ingerência política – e tem que haver mesmo – na definição dos rumos, na crítica do programa. Cada um tem que defender sua área, sua cidade. Mas tem que vir com um programa de base técnica. Isso já é feito assim.

Dia 21, vou distribuir, com o Ministro da Educação, 250 milhões de reais para as escolas públicas do Brasil, para todas, diretamente à diretora da escola; o cheque vai direto. No futuro, queremos que as Associações de Pais e Mestres sejam o órgão que vai discutir o que será feito com esse dinheiro. Não passa pelo prefeito, não passa pelo

deputado, não passa por ninguém. Vai direto. Quebramos o clientelismo. Isso é reforma do Estado.

O outro lado da reforma do Estado diz respeito à questão relativa aos órgãos que vão controlar os setores que estão sendo objeto de concessão do serviço público e de privatização. Está no Congresso uma discussão a respeito disto, que é importante: como se vai decidir quem define a tarifa de energia elétrica, no futuro, a do gás, a do petróleo; que tipo de órgão vai ser esse – não vai mais poder ser uma burocracia, nem ter as incrustações, nessa burocracia, de interesses privados. Temos que ter uma discussão – está havendo no Congresso – muito clara, porque, no futuro, vamos precisar de órgãos que não sejam *lobby*, que não sejam, simplesmente, o reflexo dos interesses privados, que não sejam a burocracia e seu corporativismo; e que se defina o modo pelo qual o interesse público vai ser defendido, que é a missão básica do Governo. É uma discussão importante, que está sendo feita pelo Congresso.

É claro, temos que discutir, que preparar o Estado para esse novo mundo, que é tão cambiante. E temos que discutir com o Congresso. Estou cansado de ver lidas sob a forma de barganha as tratativas que se fazem com o Congresso. Não há barganha nenhuma, nem fisiologia nenhuma. Eu disse inúmeras vezes: me digam quem é que foi nomeado por causa da Previdência. Eu vejo manchetes: “Barganha.” Mas quem foi nomeado, para o quê? Qual foi a fisiologia efetivamente feita? Não vi nenhuma. E o que é que está em jogo? É, por acaso, o interesse do Presidente? É o interesse dos ministros? Ou é o interesse público?

Estamos lutando pelo interesse público. Queremos a reforma porque ela é necessária ao interesse público. Não é uma troca de favor entre o Presidente, o Governo e o Congresso. É uma luta para garantir os interesses do País, com o Congresso. O Congresso precisa, naturalmente, também – ele tem seus direitos – de defender suas teses. Há *lobbies* no Congresso, é normal que haja, não dentro do Congresso: *lobby* de fora para dentro, que é o normal. Dentro, o Congresso deve fazer a mesma coisa que o Governo faz: pensar o que é melhor para o País, qual é o interesse público.

Claro que nem tudo é assim. Mas é natural que apresentem as suas reivindicações. Algumas são justas, e o Governo, quando forem justas, tem que ceder. A última discussão que eu vi, em termos de barganha, era a respeito de quatro itens da medida provisória sobre o Banco do Brasil, na qual, na verdade, havia ingerência excessiva de interesses do Banco, no sentido de cobrar juros sobre os juros da dívida agrícola. Não era justo. Eu nem soube disso, soube depois. A área econômica, ela própria, corrigiu o assunto. E isso foi lido como se fosse uma barganha. Não tem barganha nenhuma. Levantam a reivindicação, o Governo vê se é justo e aceita; se não é justo, diz “não”.

Agora, há uma espécie de cultura, deformada, que quer apresentar tudo como se fosse, digamos, permeado por interesses menores. Alguns são menores mesmo; outros, não. O Governo é que tem que separar o que é menor. Às vezes, o menor pode ser até aceito, se for uma coisa correta também. Outros são interesses de uma categoria inteira. O Governo vai dizer “não”, eu não atendo, porque, se atender, vou dar a impressão de que estou cedendo? Governo que tem medo de ceder à razão não é digno de respeito numa democracia.

Bom, de qualquer maneira, nós estamos continuando as nossas tratativas com o Congresso, com esse espírito, apresentando nossas teses, nossas reivindicações, pedindo ao Congresso que vote urgentemente. O Brasil tem urgência, eu reitero sempre. Depois de amanhã, ainda tenho uma reunião com os Líderes aqui, para tentar de novo acelerar, fazer o que pudermos para colocar o Brasil à altura de responder aos desafios que nos esperam.

Bom, naturalmente, em todo esse processo de refazer o Estado, temos muita atenção estratégica com a política externa. Eu já disse, inúmeras vezes, que, no próximo milênio, vamos ter quatro grandes atores do jogo financeiro internacional: a União Européia; os Estados Unidos com o Nafta; o Japão, um pedaço da China, mais o Sudeste Asiático; e o Mercosul com seus acrescentamentos de Venezuela, de Chile, do que seja.

Esses vão ser os atores do próximo milênio. E nós aqui somos um espaço de paz, um espaço de democracia, um espaço de mercado e

temos uma base tecnológica razoável já instalada na América do Sul. Sem nenhuma pretensão de hegemonia, o Brasil tem um papel a desempenhar aí e está desempenhando esse papel. Mas não pode se restringir à América do Sul, tem que dialogar com a Europa, a União Européia, não a Europa do Leste toda, não: é a União Européia; tem que dialogar com os Estados Unidos, com o Japão, com a China; tem que ver o que vai acontecer com a Índia. Tem que estar presente. Não podemos ser um país de provincianos, que fica fechado e não viaja, não fala, não discute, não apresenta reivindicações.

Não. Estamos fazendo isto: estamos, com muito empenho, ordenando esse espaço na política externa; estamos, realmente, não deixando de olhar para a África, não deixando de olhar para os outros setores da Ásia. Temos uma política muito clara no sentido de como vamos repor o Brasil nessa condição de um Estado renovado e com crescimento econômico, com capacidade de decidir seu destino e de atuar nesse nível mais internacional.

Claro, precisamos não esquecer nunca de que, sem que haja um país no qual o povo se sinta mais confortável, não vamos ter nenhuma capacidade efetiva de levar adiante as nossas estratégias externas ou nossa estratégia de crescimento econômico. E aí entra a questão social.

Eu já disse que a mim me aprazem imensamente os efeitos positivos do Plano Real. Não basta. Temos que ter uma ação direta. Os senhores estão vendo o esforço imenso que estamos fazendo na área educacional, onde mudamos efetivamente a ênfase para a educação primária e o ensino técnico. Isso não quer dizer que se descuide da universidade e da ciência e tecnologia; pelo contrário, agora mesmo, os centros de excelência vão ter os recursos necessários para avançar na ciência e na tecnologia. Mas nós mudamos a ênfase, porque não podemos mais conviver com um povo, com gente que, no futuro, não vai ter condições nem de se empregar, porque é analfabeto ou porque tem formação muito precária.

O Congresso deve terminar esta semana, ou semana que vem, quem sabe, a votação de uma lei sumamente importante, que permite melhorar o nível de salário, com a ajuda federal, do professor

primário, nas zonas mais atrasadas do Brasil. Nós instalamos mais de 40 mil antenas de televisão e aparelhos para fazer o treinamento dos professores. Dobramos a distribuição de livros didáticos: este ano, passamos para 110 milhões de volumes, em vez dos 56 milhões do ano passado. Estamos dando atendimento a 33 ou 34 milhões de crianças nas escolas, dando a merenda em tempo oportuno, descentralizando. Começou no Governo Itamar Franco essa descentralização. Estamos dobrando o número de merendas e aumentamos de 100 para 180 os dias que as pessoas recebem a comida.

Estamos, nesse nível também, fazendo com que, nas áreas dos municípios do Comunidade Solidária, em vez de uma refeição, sejam duas. Nós passamos de trezentos para mil municípios que têm esse atendimento do Comunidade Solidária.

Enfim, estamos tendo uma política bastante ativa nessa área, e os efeitos começam a aparecer. A mortalidade infantil – viram nos jornais – está caindo, nas áreas do Comunidade Solidária; caindo porque temos o agente comunitário de saúde e um programa nutricional melhor. Só que tudo isso leva tempo. Não há milagre, há persistência. E não é espetáculo: o espetáculo, é claro, alegrará muitos corações que se encantam facilmente com manifestações de explosão, etc., mas não resolve o problema do País. O que resolve o problema do País é a persistência, é trabalhar com afinco numa direção, nesta área, como estamos fazendo.

Vamos precisar de mais recursos. Temos dramas difíceis. Fazemos CPMF? Ou não? Como é que se resolve a questão da saúde? “Ah, mas a questão da saúde é o modelo.” Está bem, mas enquanto não temos outro modelo e ninguém propôs outro, como faço? Eu já disse aqui, 60% dos gastos vão para a saúde, e isso é insuficiente. A CPMF é antipática. Já disse um milhão de vezes: imposto não é voluntário, é imposto, é sempre antipático, ninguém quer, nem eu; mas tem que fazer.

Bom, se não tivermos a CPMF, o que acontece? Vou ser obrigado a mudar, a não dar o recurso. Não temos recurso, vou passá-lo como? Quando se tinha inflação, se enganava. Não tem inflação, não tem recurso. Então, não tem CPMF. Quem inventou outra coisa melhor?

Parece que agora têm aí uma idéia, idéia muito boa, mas eu quero ver na prática.

“Primeiro me dêem a CPMF. Se me derem a CPMF, depois, eu anulo a CPMF para dar um outro imposto, se o outro imposto for melhor.” Não vamos dar nenhuma coisa nem outra. Quem decide é o Congresso, ele é soberano. Mas não podem pedir ao Governo que depois atenda com os recursos que não tem. Não adianta fazer um discurso pedindo mais e dando menos recursos depois. O País tem que entender essas coisas. E isso tudo é o dilema que temos. Mas creio que se supera.

Ainda depois de amanhã, vou ter novas discussões sobre a CPMF, ver a maneira como vamos encaminhar essa questão da saúde. Nós temos realmente uma nova fronteira com esse projeto educacional. Isso vai avançar. E temos o Comunidade Solidária, sobre o qual eu já disse algumas vezes, mas convém repetir: não é um programa a mais, não tem uma sacola de dinheiro para distribuir, porque não é clientelista. São, pura e simplesmente, duas coisas: primeiro, uma Secretaria Executiva, que faz com que os programas já existentes no Governo sejam melhor executados para atender às áreas mais pobres, na educação, no problema do leite, no problema dos agentes comunitários de saúde, no programa da merenda escolar; que examina e vigia para ver se isso funciona – e faz funcionar.

Outra questão: o Conselho do Comunidade Solidária junta a sociedade para que esta, na mesma linha do Governo, mas com dinheiro que não é do Governo, desenvolva algumas ações que tenham efeitos sobre o emprego, sobre a alimentação, etc., etc. Isso é para atender ao emergencial. Agora, o básico, também no Comunidade Solidária, são os programas de tipo universal: educação para todos, saúde para todos, quer dizer, os programas que não são simplesmente tópicos, aquela questão de caso a caso – é mais geral.

Enfim, tenho toda a confiança em que o povo do Brasil tem rumo: tem rumo na economia, tem rumo na política externa, tem na ciência e tecnologia, tem rumo na educação, tem rumo na saúde, tem rumo nas reformas que estamos empenhados em levar adiante.

Dentro disso tudo, quero destacar o papel das Forças Armadas. E aqui não sou eu quem deve falar, devo ouvir, porque os senhores sabem melhor do que eu. Mas quero dizer que hoje se avalia, entre as responsabilidades constitucionais das Forças Armadas, o combate a outro tipo de ameaça à soberania, à estrutura social, ao princípio da autoridade; e que tem que ser considerado pelas Forças Armadas. Precisamos de prestar apoio logístico e de inteligência aos órgãos policiais que combatem o narcotráfico, o contrabando de armas, o crime organizado, que, hoje, é transnacional e afeta a soberania do País. Então, precisamos estar atentos a isso.

E, olhem, para estarmos atentos a isso, nós temos que estar sempre em condições de atuar contra os adversários, mesmo que elas justifiquem o emprego do poder de combate das Forças Armadas. Contrabando se faz de avião; narcotráfico, de todos os tipos – por navio, por avião, por terra. Como atuar? É a polícia? É; na hora do que é propriamente policial, é. Mas se é da inteligência, da informação, do controle, não, porque isso invade um aspecto que é fundamental, uma dimensão da soberania do Brasil. E não vamos poder fazer isso senão em conjunto com as Forças Armadas – não numa visão isolada, uma aqui, outra ali, com pequenas discórdias corporativas, porque isso não interessa ao Brasil: temos que ter, cada vez mais, coordenação, visão de conjunto. E as Forças Armadas estão nessa direção.

Acho que, evidentemente, nada disso será feito de maneira adequada, se não melhorarmos o orçamento das Forças Armadas. Isso eu acho que é óbvio, se junta à questão orçamentária geral. Mas nós temos tido muito empenho em que o Congresso – e o Congresso tem respondido favoravelmente – entenda as funções das Forças Armadas e lhes dê os recursos para seu preparo, seu equipamento, sua capacidade de desenvolver programas de ciência, de tecnologia que capacitem as Forças Armadas a estarem à altura do desafio. Isso, claro, na medida em que possamos – como espero, daqui para a frente, com a economia já estabilizada, com uma taxa de crescimento mais satisfatória, com esses problemas mais agudos sob controle –

dispor, também, de mais recursos, para termos um horizonte orçamentário mais positivo.

Isso implica – se as reformas vierem – a possibilidade também de melhoria da condição de vida do funcionário. Eu disse um milhão de vezes, aqui: eu sempre vivi da universidade. Nunca tive nem consultorias. Não posso ser contra a existência de funcionário público. Nós temos é que ter um funcionário que preste serviços ao público e um orçamento e um Estado e uma organização de recursos que possibilitem, realmente, uma vida mais condigna desse funcionário; e que se cobre desse funcionário o desempenho, a carreira e tal; e não fique todo mundo, pura e simplesmente porque é funcionário, tranqüilo. Não. Tem que continuar, como todos nós, nessa grande vontade de melhorar. Mas é natural que exista uma preocupação de um horizonte orçamentário favorável.

Enfim, desculpem-me por ter me estendido, Brigadeiro Kawana-mi, General Leonel, Senhores estagiários que aqui estão, Senhores Membros do corpo permanente, mas é que são raras as oportunidades de nos encontrarmos. Sei que estão numa viagem de estudos e achei que seria bom que o Presidente da República dissesse, de maneira direta e a mais informal possível, como ele está vendo, neste momento, os desafios do Brasil. Mas, sobretudo, quero reiterar a minha imensa confiança neste país, minha inabalável confiança neste país, nas mudanças que estamos presenciando no Brasil, na força da nossa democracia e no fato de que temos gente interessada no Brasil. Os senhores são prova disso.

Quero desejar muito êxito nessa viagem de estudos. E finalizo não só expressando os meus desejos de êxito, mas cobrando: cobrando o relatório da viagem. Quando terminarem, eu gostaria que me trouxessem o resultado, para eu também poder participar, embora indiretamente, do esforço que estão fazendo.

Muito obrigado aos senhores.